

TRADUÇÕES DE CIDADANIA PELO CENTRO DE MEMÓRIA DO TRE-MG NO PROJETO TREM DA HISTÓRIA

Juliana Cristie Rodrigues¹
Profa. Dr^a Lana Mara de Castro Siman²

Resumo

Este trabalho pretende apresentar uma visão geral da pesquisa que se encontra em fase de finalização, que tem como questão central identificar as traduções de cidadania e formação cidadã que fundamentam a proposta do projeto Trem da História, ofertado pelo Centro de Memória do TRE-MG, destinado ao público escolar. Traz a busca pelo diálogo com pesquisadores que trabalham com as temáticas de cidadania, voto, democracia e as intersecções com a ação educativa a partir de instituições de memória institucionais. A proposta se justifica, em parte, pela abrangência dos projetos que levam a bandeira da cidadania como defesa de sua própria existência. Aliado a este fator, apontamos a necessidade de contribuir para o que esteja sendo pronunciado sobre cidadania, em um vasto repertório de conceitos e práticas, frente a defasagem de localização de boa parte destas propostas. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com servidores do espaço e análise documental, buscando identificar o entendimento da ação educativa com vistas para a cidadania, vinculadas aos seus saberes e às suas práticas e ao que é prescrito pelo regramento ao qual o Tribunal Regional Eleitoral se pauta. De forma preliminar debatemos as concepções a respeito da educação cidadã que aponta para a constante interface entre exigências legais relativas ao voto e demandas de participação na prática da cidadania.

Palavras-chave: cidadania; centros de memória; ação educativa.

Introdução

Refletir sobre a questão da formação para a cidadania, muito requerida em projetos educacionais, exige tentar compreender e considerar a complexidade do que pode estar sendo

¹ Discente do Mestrado em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, julianacristierodrigues@gmail.com

² Professora Dra. do mestrado em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, lana.siman@uemg.br

emitido, expresso, assim como o que é realizado nas práticas de formação desta formação, nos diferentes espaços educativos da sociedade. Nossa pesquisa buscou identificar as traduções de cidadania e formação cidadã que fundamentam a proposta do projeto Trem da História, ofertado pelo Centro de Memória do TRE-MG, destinado ao público escolar.

O trabalho segue a realização de pesquisa de natureza predominantemente qualitativa, na medida em que procedimentos específicos de investigação poderão permitir nos aproximar de maneira mais profunda das diferentes posições que cercam o tema. Adotamos a metodologia do Estudo de Caso que, conforme assinala Roesse (1998), permite responder como e de que modo características específicas observadas em um determinado contexto são aplicadas a um quadro teórico mais amplo, podendo levar à revisão dos principais eixos que fundamentam a nossa proposta de pesquisa. Nesta visão, a especificidade do caso é um traço diferenciador, positivo para avançar na compreensão de questões mais amplas e complexas.

A opção metodológica permitiu reunir informações detalhadas, com vistas a compreender uma situação mais abrangente, objetivando a aproximação entre contexto de discussão conceitual de educação para a cidadania e o Projeto Trem da História, aqui entendido como unidade na qual é possível aprofundarmos na tentativa de aproximação às práticas educativas em espaços de memória de forma geral e, de forma específica, no centro de memória Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Visando a atender aos objetivos da pesquisa foi realizada pesquisa bibliográfica referida a Centros de Memória no Brasil. Foi realizado, ainda, levantamento de documentação sobre o projeto Trem da História, disponíveis tanto aos cuidados dos servidores no Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Minas Gerais tanto quanto nos Relatórios de Gestão Anual, publicados desde 2009³, e entrevistas semiestruturadas com quatro servidores envolvidos diretamente na proposta e um servidor envolvido com o processo de consolidação do espaço. A opção de nomear os sujeitos participantes como pontos de bordado a partir da visão do bordado como uma criação do ir e vir, da ação de cada ponto nele realizado para a criação do trabalho final.

A cidadania e sua centralidade

³ Disponíveis em <https://www.tre-mg.jus.br/o-tre/governanca-e-gestao/relatorio-de-gestao-anual>

Trazer os percursos do conceito cidadania se justifica pela necessidade de se dar força explicativa para um conceito abrangente que, no entanto, toma os contornos próprios nos processos históricos, políticos e sociais de cada sociedade.

A associação entre o direito ao voto e cidadania necessita ser lembrada quando se trata da discussão da relação entre cidadania e outros direitos, tal como propostos por Marshall, no trabalho de sistematização do conceito.

Marshall (1967), de forma pioneira, trouxe a caracterização da cidadania sob três categorias, a saber: cidadania civil, cidadania política e cidadania social, desenvolvidas na Inglaterra nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. A partir das proposições do autor, a cidadania civil abrange “[...]direitos fundamentais à vida, à propriedade, à igualdade perante a lei”. (CARVALHO, 2016. p.16). Os direitos políticos abarcam a possibilidade de participação das pessoas no governo e sociedade e, “Em geral, quando se falar de direitos políticos é do direito do voto que se está falando” (CARVALHO, 2016. p.15). Por fim, na sequência trazida pelo autor, tendo como exemplo o modelo inglês, a cidadania social, que garante o “[...]direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria” (CARVALHO, 2016. p.17). Neste trabalho, Marshall (1967) traz como “tensão fundante” a noção implícita de igualdade e justiça, a partir do entendimento de que o pleno direito é inerente ao conceito de cidadania, e as desigualdades econômicas trazidas pelo capitalismo a partir da criação da sociedade de classes díspares se opõem à premissa inicial. Neste sentido, afirma Roberts (1997).

de um lado, a igualdade humana essencial, implícita na condição de membro de pleno direito de uma comunidade, isto é, a cidadania, e de outro lado a desigualdade social resultante das disparidades de poder e do funcionamento da economia de mercado. (ROBERTS, 1997, p. 6 e 7)

Benevides (1994) e Dubet (2011) salientam que as noções modernas de cidadania nasceram das discussões durante o processo revolucionário francês, no final do século XVIII e que não são monolíticas ou consensuais. Ao contrário, são frutos da condição histórica de cada sociedade. Estão calcadas inicialmente na luta contra o Antigo Regime e aos privilégios detidos pela nobreza. Benevides traz à tona a contradição entre a visão apresentada, em momentos sociais autoritários, por governos autoritários, que pode levar à crença de que direitos são benefícios entregues por lideranças políticas a seus apoiadores, a tutelados. Assim, são atrelados ao

personalismo e acabam por esvaziar a noção de garantia de direitos e fortalecer a noção de favor prestado por quem ocupa cargos políticos.

Em sua pesquisa sobre o direito ao voto e a necessidade de alfabetização, Ribeiro e Soares (2004) apontam a proibição, na primeira Constituição Republicana, de 1891, do voto das pessoas analfabetas, estabelecendo a vinculação entre saber ler e escrever, ser escolarizado ao ato de escolha dos representantes, estabelecido na cidadania política. Dada a proibição do voto dos analfabetos, é possível notar o estabelecimento da narrativa de que cabe ensinar votar, cabe ensinar a ser eleitor, ou por outro lado, permitir o voto consoante à escolarização que abrangia uma pequena elite.

A preocupação centrada em torno da democracia e participação nas decisões políticas leva Chauí (2008) a trazer a aproximação deste conceito a outros aspectos de cidadania. Na gênese do conhecimento a respeito de cidadania, fomos apresentados, no Brasil, à possibilidade de sermos cidadãos, pelas mãos do senhor de escravos que nos concede uma tutela, um favor, que como tal, pode ser entregue e retirado. Isto leva à ampliação, potencializa o grau de dependência com relação aos setores dominantes desta mesma sociedade. Era o senhor de escravos fazendo as honras da apresentação, e assim dizendo que o usufruto de cidadania, de direitos, na categoria de benevolência, não é conquista. A cidadania, se tomada em tal cenário, pode ser retirada, inserida como pano de fundo e atribuída a um ou mais contextos e aos atores sociais envolvidos. Para a autora, “[...] a democracia propicia, pelo modo mesmo do seu enraizamento, uma cultura da cidadania à medida que só é possível a sua realização através do cultivo dos cidadãos” (CHAUÍ, 2008, p. 75). Assim, de forma diversa da cidadania entregue, pela qual à sociedade brasileira foi infundida a noção de direitos, a sociedade só poderá ter as noções de cidadania sendo preparada para tal, o que ecoa a oposição entre direitos e privilégios.

Neste texto, veremos quais dimensões de cidadania encontram-se enfatizadas no projeto Trem da História, desenvolvido pelo Centro de Memória do TRE-MG. Nesse sentido, importa tecer considerações a respeito da função de centros de memória institucionais na tentativa de aproximação de suas ações educativas. Aproximação.

Centros de memória institucionais - delineamento

Como mote inicial parto da indagação sobre o estabelecimento e importância da ação educativa,

desenvolvida por um Tribunal, com vistas à cidadania, tendo um Centro de Memória como seu portador, pensando na obrigatoriedade do voto no Brasil.

No contexto de implantação de centros de memória institucionais dos órgãos públicos, fundamentalmente ligados ao Judiciário, uma pergunta que norteou a discussão a respeito da musealização da memória institucional, considera que algumas destas unidades estão a serviço do encantamento sobre a memória do próprio órgão, sem preocupação com a problematização do acervo, sem inquirir o acervo, retirando do acervo o papel de guarda documental, colocando-o no papel de ilustrador de fatos marcantes. Nogueira (2015) chama atenção a um aspecto singular: são instituições dentro da outra instituição, sem dotação orçamentária própria e não fazem parte da estrutura da atividade fim do órgão, da instituição. Indica que musealização nestes espaços pode se consubstanciar cada vez mais na busca de provas para o que se deseja cristalizar, e não na produção de sentidos a partir de indícios.

Surgem alguns questionamentos, dentre os quais: “[...]como gerir o acervo do museu fora da carga patrimonial da instituição?” (NOGUEIRA, 2015, p.7). O sistema de controle, de natureza física financeira, do patrimônio, é um exemplo tomado. Este sistema não contempla os espaços museais, ou, melhor dizendo, a musealização dos objetos, com a conseqüente transformação em acervo.

Para tratar de alguns museus institucionais, em Brasília, tendo como referência o Estatuto dos Museus, e, ao analisarem as formas de comunicação destes espaços no âmbito das diretrizes do Estatuto sobre “unidades de memória” dentro dos Tribunais, Silva e Paulino (2019) trazem o enfrentamento da própria nomenclatura por alguns destes espaços, que, ao se definirem museus, a fim de atender ao que prevê o Estatuto, preferiram alterar a denominação, em momento posterior, passando a se autodeclararem centros de memória. Os autores apontam algumas motivações para esta ação. Alguns servidores destes setores, nos Tribunais, consideram restritivas a denominação “museu”, no Estatuto. Este prevê, dentre outras necessidades, a existência de um plano museológico, programas de comunicação específicos para que os museus possam se inserir na sociedade que representam e profissionais da comunicação. Os autores apontam para a falta de profissionais com formação na área, em todos as equipes pesquisadas, equipes insuficientes e que não imunes a novas reduções de quadro de pessoal, por necessidades administrativas, tendo em vista seu quadro não ser composto por profissionais

especializados.

Por outro lado, para os autores, a própria denominação de museus, presente no artigo 1º do Estatuto, não impede que uma instituição que não tenha plano museológico seja assim denominada. Os autores indicam que esta ação de alterar a denominação pode ser explicada como forma de isenção de responsabilidade técnica, ou de desconhecimento mesmo do que possa assim ser chamado museu.

Linhales e Nascimento (2015) apontam para a preocupação que recai sobre instituições, públicas ou privadas, e sobre organizações que, ao criarem seus museus ou centros de memória cristalizam sua memória como história, como “imortalização e como legitimação” (LINHALES, NASCIMENTO. 2015. p.17).

Segundo Vitorino (2015), os centros de memória tiveram grande expansão a partir dos anos 2000 como forma de se preservar a memória das organizações a fim de “conservar e produzir conteúdo a partir da memória institucional, presente tanto na documentação histórica da organização quanto na memória de seus colaboradores e de outros atores relacionados à vida institucional” (VITORINO, 2015. p. 1).

Trilhando o fio do Trem da História- algumas traduções para cidadania

A ação educativa Projeto Trem da História, referida como palestra, desenvolvida pelo CMTRE-MG, é caracterizada pela palestra em momento inicial, tempo de se referenciar aos entendimentos e traduções sobre cidadania. Em seguida, vem a visita ao espaço de exposição e a votação simulada. Quando necessário, devido ao número de alunos, ocorre a divisão da(s) turma(s) e parte vai para a votação simulada enquanto parte para a visita ao CM. Entre a etapa de um grupo da visita e outro, revezando-se ainda na urna eletrônica, é ofertado lanche aos alunos de escolas públicas. Este projeto, dentro das ações do centro, tem como objetivo levar o entendimento e participação cidadã, em que pesem a falta de robustez da justificativa nos Relatórios de Gestão, adequa-se a utilização da mediação com propósitos educativos para a cidadania, fio condutor que dá unidade à proposta do projeto e do centro de memória que o abriga. O amadurecimento das funções do espaço e das ações educativas levou a equipe a destinar o tempo inicial das visitas à palestra, ao desenvolvimento do Projeto Trem da História, a fim de dar relevo, de qualificar a mensagem envolta na temática da cidadania e assim

pretendemos entender a dimensão social vinculada à cidadania pelo PTH na configuração do CM.

Segundo Ponto alinhavo, a observação pela demanda de crianças e de algumas escolas no entorno levou a equipe a divulgar o espaço:

Então, como tinha muita criança que vinha, **a gente pensou assim...vamos comunicar, a gente não tinha pretensão de fazer palestras**, não tinha. Eu trabalhava com a comunicação, a gente pensou.... Vamos convidar as escolas para vir, a gente fez *release* pra imprensa, e escolas começaram a aparecer. (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022; grifo nosso)

Ao chegarem ao CMTRE-MG, os alunos são direcionados ao Auditório ou à Sala Multimídia, ou, se estes espaços tiverem indisponíveis, para alguma sala do Tribunal. Este é o momento de Palestra denominado Projeto Trem da História (PTH). Este movimento sugere, na visão da equipe, garantia de melhor participação e retomada de atenção do público, entendido como momento privilegiado para as reflexões sobre cidadania. Neste espaço ocorre a Palestra PTH, que apresenta como justificativa no Termo de Abertura de Projeto:

O projeto atende às demandas de escolas que trabalham conteúdos relacionados às eleições e procuram este Tribunal para esclarecimento e para desenvolvimento de atividades acadêmicas. Há necessidade de conhecimento da história das eleições, das conquistas e do posicionamento pessoal para que a sociedade seja positivamente impactada. (Termo de Abertura de Projeto- TRE-MG. 2017)

A decisão de alteração e descolamento da palestra em momento anterior atendeu a algumas constatações:

A gente já fez tudo junto, **mas daí os alunos conversavam, tem barulho, tem perguntas. A gente achou melhor separar, fazer a palestra antes da visitação.** Às vezes...por exemplo, tem agora um agendamento com antecedência que a gente reserva. Mas às vezes tem um treinamento para chefe de cartório e a gente tem que remarcar a visita da escola. Os espaços do TRE são multiuso. **Acaba que em ano eleitoral é impossível. Em ano eleitoral a gente só usa até uma data X, em ano eleitoral a gente tem restrição, não tem como atender, tem reunião com juiz, com partidos.** (Entrevista participante *Ponto corrente*, 06/10/2021; grifo nosso)

A dispersão provocada pelo movimento dos alunos em meio aos objetos foi importante fator para que a palestra tenha sido deslocada para momento anterior à exposição. No entanto,

deparam com outra disputa, desta vez, não só pelo espaço expositivo, mas agora também pelo espaço da sala multiuso, do auditório ou salas vazias que possam abrigar a palestra, o PTH.

O desenvolvimento temporal do espaço de memória do TRE-MG indica que o PTH foi estabelecido em parcerias com a Escola Judiciária do Tribunal, inicialmente, mas a dificuldade em conseguir parcerias de servidores externos ao setor leva à intermitência da parceria e conduz o CM à própria montagem de seu modelo. O momento de entrada de Ponto haste no setor, com formação em Pedagogia, é indicado como importante para referenciar e qualificar o projeto, o que, posteriormente, vai culminar na documentalização do PTH e inscrição dele para compor os Relatórios de Gestão Anual, atendendo a demandas de crescimento do CNJ. Traz, Ponto alinhavo, já com a experiência dos percalços dela, a parceria com a Escola Judiciária:

Então, em 2014 a gente já começa a receber escolas, não necessariamente era o espaço multimídia, nem o auditório. A gente improvisou com salas vazias. E nesta época a gente contava com colegas da Escola Judiciária. Então, eu falava sobre a história e cidadania, e uma outra colega falava sobre a divisão do Estado, participação, cidadania... porque que temos a justiça eleitoral, como ela é dividida, falava disto. E este formato foi se consolidando. Não tinha nada escrito, nada. Mas é muito difícil...contar com colegas de outro setor. (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*,02/08/2021)

A palestra referenciada como Projeto Trem da História é oferecida a grupos que visitam o CM, assim descrita na página eletrônica: “Em se tratando de visitas em grupos, o Centro de Memória também oferece palestras educativas abordando a história das eleições no Brasil, formação da cidadania e processos eleitorais”.⁴”.

Em que pese a ação cotidiana da equipe no trabalho junto aos grupos, a cobrança por parte do CNJ levou tanto à escrita do quanto à inscrição do PTH, em 2016. A ação de inscrever o projeto é por vezes ligada ao controle de ações e prestação de contas do Tribunal, assim colocados:

“O tribunal foi evoluindo neste **controle de ações**, antes não tinha nada disto. **Mas por causa também do CNJ, que começou a exigir dos tribunais, este controle das ações, das atividades, que começou a medir coisas, começou a estabelecer critérios e medições então tudo que a gente faz tem que ser transformado em projetos estratégicos**, eles consideram estratégicos para ser conhecido. Então você é obrigado a crescer, eles medem crescimento. Qual

⁴ <https://www.tre-mg.jus.br/o-tre/memoria-eleitoral/memoria>

percentual de crescimento.... cada ano tem que crescer 20% o público do Trem da História, virou uma disputa, uma disputa entre os tribunais. De uma certa maneira é uma forma de incentivar o trabalho, pra ninguém ficar dormindo no ponto. (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022; grifo nosso)

Os Relatórios de Gestão do Tribunal são desenvolvidos a partir de critérios relacionados a objetivos estratégicos estabelecidos pelo Tribunal. Em 2018, ano no qual o Projeto Trem da História foi de forma pioneira vinculado pelo Relatório, é relacionado ao objetivo 1, qual seja, a garantia dos direitos da cidadania e indicador 5: índice de participação nas ações de promoção e debate da cidadania. Este documento esclarece que o debate é mais demandado em anos eleitorais, mas que ao TRE precisa se comunicar com a sociedade independente de ser demandado. Se no indicador 5 apenas o debate de promoção da cidadania estava descrito, ao listar os projetos mensurados por este indicador o Relatório passa a relacionar o binômio “projetos de educação/promoção da cidadania”, no qual o PTH é posicionado.

O tribunal foi implantando a sistemática de projetos, pra dar mais transparência, mensurar mais os resultados, com benefícios para o próprio projeto. Mas ele não tinha, digamos, este nome. O nome foi dado posteriormente, quando a gente inscreveu o projeto. O nome vem consolidando com a sistemática de projetos....” (Entrevista do participante *Ponto cruz*, 18/11/2021)

A consolidação do Projeto Trem da História, sua apresentação e organização institucional atenta-se para a participação do público: “A proposta inteirinha, de palestras no centro de memória é dedicada à responsabilidade pessoal, escolhas, pra onde as escolhas nos leva” (entrevista *Ponto haste*). São recuperados, no momento da palestra, em tentativa de se estabelecer o diálogo com os alunos, conceitos a respeito de cidadania, à história do voto e da justiça eleitoral no Brasil.

A clareza das intenções, expressas na afirmação de que o ambiente para o Projeto Trem da História acontecer precisaria ser outro que não aquele ambiente por dentro da exposição, poderia levar ao entendimento de que haveria momento unilateral. O uso do termo palestra pode ser lido na tendência homogeneizadora de explanação.

Em que pese a ação cotidiana da equipe no trabalho junto aos grupos, a cobrança por parte do CNJ levou tanto à escrita quanto à inscrição do Projeto em 2016. A ação de inscrever o projeto é por vezes ligada ao controle de ações e prestação de contas do Tribunal, assim colocados:

“O tribunal foi evoluindo neste **controle de ações**, antes não tinha nada disto. **Mas por causa também do CNJ, que começou a exigir dos tribunais, este controle das ações, das atividades, que começou a medir coisas, começou a estabelecer critérios e medições então tudo que a gente faz tem que ser transformado em projetos estratégicos**, eles consideram estratégicos para ser conhecido. Então você é obrigado a crescer, eles medem crescimento. Qual percentual de crescimento.... cada ano tem que crescer 20% o público do Trem da História, virou uma disputa, uma disputa entre os tribunais. De uma certa maneira é uma forma de incentivar o trabalho, pra ninguém ficar dormindo no ponto. (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022; grifo nosso)

A consolidação do PTH, sua apresentação e organização institucional atenta-se para a participação do público: “A proposta inteirinha, de palestras no centro de memória, é dedicada à responsabilidade pessoal, escolhas, pra onde as escolhas nos levam” (entrevista *Ponto haste*). São recuperados, no momento da palestra, em tentativa de se estabelecer o diálogo com os alunos, conceitos a respeito de cidadania, à história do voto e da justiça eleitoral no Brasil. O protagonismo do conhecimento atrelado à interpretação sobre o que é cidadania toma configuração junto aos termos informação e educação. Do participante *Ponto alinhavo*, depreendemos melhor esta interpretação:

A cidadania só é plena quando se tem conhecimento. E de onde vem o conhecimento. Vem das fontes que vão te informar. **Por exemplo, a agente tá na área eleitoral, então nosso papel como fornecedores de informação, de educação é mostrar como surgiu isto, quando surgiu isto, porque que começou isto, porque que a gente vota hoje, pra que a gente vota.** Então este é o nosso papel no Trem da História. A gente coloca no tempo era assim...olha, na colônia, tinha uma preocupação, eles queriam formar núcleos, lá em Portugal era assim, eles criavam as vilas já com seus representantes. E tem muita coisa interessantíssima. E tem muita coisa que não chegou até nós. E quando a gente começa a entender a nossa história um monte de coisa que acontece no formato que elas são, a gente dá sentido a elas. Então....pra nós o conhecimento é cidadania. Então, se todo brasileiro tivesse a oportunidade de estudar, de conhecer, de ler a gente seria uma sociedade muito melhor. (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*, 16/09/2021; grifo nosso)

Podemos ser cidadãos quando conhecemos. Ensinamos cidadania promovendo o conhecimento. A atuação cidadã é alcançada como uma experiência de aprendizagem e conhecimento. Ao trazer esta perspectiva para ensino de cidadania, o Projeto Trem da História tem na base expressão de atuação que não só o justifica, mas legitima e explica a própria ação educativa. Segundo o participante Ponto cruz, de 18/11/2021, as primeiras demandas e pressão de acesso

às ações do Tribunal vieram dos órgãos de imprensa:

Em 89 os profissionais da comunicação ficaram perambulando atrás de informação, passaram muitas situações desagradáveis, em virtude desta desorganização, sobretudo no primeiro turno. **O judiciário foi o último poder a se abrir, a se articular com a sociedade, o executivo e o legislativo já tinham estrutura de comunicação há tempos, por motivos vários e começaram a pipocar estas iniciativas por demandas externas...e o judiciário precisou se organizar para ter boa interlocução com a sociedade, pra trazer cidadania.** Foi em função da redemocratização, da pressão da sociedade. (Entrevista do participante *Ponto cruz*, 18/11/2021, grifo nosso)

A cidadania espaiada na inteligibilidade de participação e decisão é defendida na perspectiva de que só é cidadão e, portanto, exerce cidadania, aquele que se interessa por política, que deseja saber, que participa e não despreza a política. Segundo o participante *Ponto zigzague*, de 27/10/2021, conhecendo a história política do seu país:

Saber a história do seu país, das eleições, quando vêm ao Centro de Memória e ao Projeto. **Ah...mas a propósito, essas pessoas vão fortalecer a ideia de cidadania, sobre isto também, você me pergunta: ah, e as pessoas que detestam política, que não querem participar.... peço pra ler um texto, você deve conhecer, é o Analfabeto político. Posso?** (Entrevista do participante *Ponto zigzague*, 27/10/2021; grifo nosso)

Na leitura do texto o participante enuncia a orientação voltada para a participação política vista como forma de cidadania. Ressalta que a participação é referendada pelo conhecimento, ao fazer a defesa da visita ao CM para conhecer história do voto, das eleições. A imagem que o autor faz, no poema, daquele que é o alfabetizado na política, na visão do entrevistado, é do cidadão que é político, ao da cidadania que é o ato de participar:

Exercer a cidadania...acho assim desde a tenra idade até o ocaso, é fazer política. É só participando mesmo. Acho assim, tudo o que você fizer que tenha inclusão tanto melhor. **No casos dos alunos que veem aqui, do ensino fundamental e médio....eles estão conhecendo a história do voto e das eleições no nosso país e fortalecendo a ideia de cidadania, que é justamente daqui a um certo tempo,** ao conhecer esta história rica, eles terão a oportunidade de se candidatar por um país melhor, por uma representação do povo. (Entrevista do participante *Ponto zigzague*, 27/10/2021; grifo nosso).

A cidadania, referenciada ao aspecto político da participação ativa do eleitor, traz, ainda, a

concepção de que ser cidadão, exercer cidadania, não é um dado emoldurado, paralisado. Ao contrário, é através do conhecimento de história, da realização do voto em outros momentos, que os alunos poderiam ser conduzidos pelo conhecimento trazido no CM e de empenhado na palestra do PTH. Segundo *Ponto ziguezague*, de 27/10/2021: “Divulgar a nossa história pro povo, pro povo entender que é importante participar...não é um quadro na parede. É mudança. Muda todo dia”. Como nos provoca o depoimento, o CM seria capaz de recompor e trazer as experiências das eleições no Brasil. O que supõe uma dimensão ativa para cidadania, no acompanhamento dos processos e vivências sociais.

Considerações finais

Ao redor do termo cidadania, muitos projetos e ações culturais, políticas, educativas desencadeiam-se e são por ela outorgadas e, assim, cidadania passa a falar por eles, a representá-los. O termo tem lugar consagrado em diversos projetos e ações e suscita simpatia e adesão.

Renovar a reflexão em torno dos fundamentos teóricos e as enunciações sobre cidadania foi objetivo inicial, na tentativa não de construir outro caminho, mas de entendermos por quais traduções de cidadania estão sendo reveladas. Nesta perspectiva a pesquisa foi guiada: nos instigou o caráter não redutível a respeito de cidadania, aquilo que ao conceito cabe por comportar abrangências, por reivindicar aptidões e sentidos.

As pesquisas no campo educacional têm refletido, cada vez mais, as vinculações na realização de visitas escolares a espaços de memória. Aspectos do aprendizado na interface entre as duas instituições, escola e museus, tem repercutido em estudos que abordam suas aproximações e distanciamentos.

O advento da Constituição Federal de 1998 permitiu retirar das franjas o debate sobre e em torno de cidadania, trazê-lo ao centro do debate, no binômio entre os substantivos cidadania e cidadão, ecoando o repertório de uso a projetos políticos, culturais e educacionais de forma ampla. Tomamos o PTH, do CMTRE-MG como um microcosmo de ação e objeto de análise no Tribunal que o comporta.

Nos deslocamos também a fim de compreendermos a vinculação de formação dos participantes do CM e suas visões a respeito do próprio espaço, do acervo, da constituição da exposição e da cidadania referenciada no PTH. A busca por um entendimento que comporte, por exemplo,

nuances da atividade comunicacional ao espaço. Dentre os cinco participantes da pesquisa, quatro trazem a formação no campo da Comunicação, de levar ao público, e do referencial de que o acervo e a mostra podem assegurar visão do ocorrido, dos acontecimentos históricos. A memória é trazida como história, como a representação do que ocorreu. A cidadania é fio tanto para a oficialização e institucionalização do projeto e vai sendo construída na atividade educativa dos sujeitos da pesquisa.

Realizamos a aproximação em torno daquilo que orbita em torno do entendimento de um Centro de Memória Institucional, que abriga documentação em torno do direito do voto e da candidatura enquanto sintoma de uma democracia funcional, espaço este de visitação pública, voltado a interesse educacional e turístico, tendo na prática educativa do Projeto Trem da História o movimento que reforça não apenas a cronologia do voto, mas a condução mesma da visão de visões de cidadania portadas pelo Projeto.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 5-16, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/LTSGRTDqFD4X74DxLsw9Krz/?lang=pt>. Acesso em: 20 mai. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación**, CyE. Ano I. n° 1. Junho. 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4657030/mod_resource/content/1/Chauí%20Cultura%20e%20Democracia.pdf. Acesso em: 20 mai. 2022.

DUBET, Francois. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. **Revista Brasileira de Educação**. 2011. Vol. 16. N 47. Tradução de Ione Ribeiro Valle. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5D8JpsPmxSJBMCm3Y8NMQFj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LINHALES Meily Assbú, NASCIMENTO Adalson. **Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um Centro de Memória**. 2013. Belo Horizonte. Fino Traço.

NOGUEIRA, Daniele Galvão Pestana. **A preservação da memória do Tribunal de Contas da União por meio de seu museu (1970-2010)**. 2015. Dissertação. (Mestrado em Ciência da

Informação) - Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18730>. Acesso em: 12 mar. 2022.

ROESE, M. A metodologia do estudo de caso. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v.9, n.2, 1998.

SILVA, Robson de Góes. e, & PAULINO, Fernando Oliveira. **Estatuto de Museus, comunicação e Museus de Tribunais Superiores do Judiciário no Brasil**. *Museologia & interdisciplinaridade*, Brasília, v. 8, n. 15, p. 303–314, Jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/20372>. Acesso em: 18 nov. 2021.

VITORINO, Márcia Cristina De Carvalho Pazin. **A Importância Dos Centros De Memória Para As Instituições E Para A Sociedade**. ACERVOS. 2015. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/a-importancia-dos-centros-de-memoria-para-as-instituicoes-e-para-a-sociedade>. Acesso em: 23 abr. 2023.